



## CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procuradoria

Processo nº 2369/2021  
Projeto de Lei CMC nº 095/2021

### PARECER

Trata-se de pedido de apreciação de constitucionalidade e legalidade de projeto de Lei proposto pelo Ilustre Vereador LEI, que “*DAR-SE-Á DENOMINAÇÃO A PRAÇA LOCALIZADA NA RUA DO SESI - BAIRRO PORTO DE SANTANA - QUE PASSA A CHAMAR-SE PRAÇA ADILSON LOPES DO NASCIMENTO (CONHECIDO COMO DILVINHO), POR SOLICITAÇÃO DOS MORADORES DA REFERIDA COMUNIDADE.*”

Em sua justificativa, a proposição tem por finalidade dar nova denominação a atual Praça da rua do Sesi, localizada no bairro Porto de Santana, visando homenagear Sr. Adilson Lopes do Nascimento, cidadão que durante sua vida colaborou para o desenvolvimento de toda comunidade.

Sob o aspecto formal, nada obsta a tramitação do projeto, eis que utiliza a via correta para apreciação de seu objetivo, estando de acordo com o estabelecido no Regimento Interno desta Casa de Leis, artigos 106 a 111.

Em análise do aspecto material e legal, a Lei Orgânica Municipal de Cariacica, em seu artigo 13, inc. XVI estabelece como atribuições da Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre tal matéria, *in verbis*:

*Art. 13 – Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência constitucional do Município, especialmente: (...)*

*XVI – autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;*

Contudo, a nossa jurisprudência tem seguido o entendimento de que não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. (STF - RE: 983865





## CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### Procuradoria

Processo nº 2369/2021

Projeto de Lei CMC nº 095/2021

SP - SÃO PAULO 2258181-54.2015.8.26.0000, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 01/08/2018, Data de Publicação: DJe-159 07/08/2018).

A Lei Complementar nº 51/2014, que “*dispõe sobre os limites do perímetro urbano, organização territorial do município e dá outras providências*”, em seu art. 4º, estabelece que qualquer proposição que importe em modificação da delimitação, do traçado ou do perímetro urbano das macrorregiões, das regiões, dos bairros ou dos logradouros do Município de Cariacica deverão observar alguns requisitos, quais sejam: elaboração e aprovação de estudo que garanta a compatibilidade das propostas de modificação com as informações constantes dos mapas georreferenciados fornecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação; audiência pública em que seja garantida a participação da população residente na área afetada pela modificação e que os participantes da audiência apresentem documento de identificação e assinem termo de presença.

Por fim, a Lei federal nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, dispõe a obrigatoriedade da apresentação de certidão de óbito do homenageado.

Analisando detidamente a proposição em apreço, restou verificado que não foram anexados aos autos todos os requisitos necessários para a regular tramitação do projeto.

Portanto, em sendo verificada a competência do legislador para adentrar na matéria em questão e não estando anexos todos os documentos indispensáveis acima elencados, opinamos pelo NÃO PROSEGUIMENTO do referido projeto de Lei.

Por fim, insta frisar que a emissão de parecer por esta Procuradoria não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.



